



ANDRÉ SZESZ

Bárbara Lupetti  
*Prefácio*

Rui Carlo Dissenha  
*Apresentação*

## REPENSANDO A IMPARCIALIDADE NO PROCESSO PENAL

O conceito de imparcialidade predominante na doutrina brasileira contemporânea foi construído a partir de pressupostos racionalistas que atualmente são insustentáveis empiricamente. Ou seja, é um conceito irrealizável. Contudo, esse é um fator presente em qualquer sistema que trabalha nos seres humanos. O que torna o instituto problemático no Brasil é a cultura de tolerância com a defasagem entre a defesa teórica da imparcialidade e as práticas cotidianas, em que não se nota incômodo com o alto grau de subjetividade e até mesmo de uma certa aleatoriedade da prestação jurisdicional, a depender dos valores de quem está julgando a causa. Se, por exemplo, há embates teóricos sobre ativismo judicial, nas práticas cotidianas, o sistema de justiça permite que o próprio juiz decida se vai atuar de forma ativista ou contida, podendo, inclusive, atuar de forma ativista em alguns processos e contida em outros. Esse problema, que não é individual, mas estrutural, é resultado de uma sinergia dos atores que realizam o processo penal. O presente trabalho busca compreender esse fenômeno e apontar horizontes para a sua solução.

### Área específica

DIREITO PROCESSUAL PENAL.

### Áreas afins

DIREITO PROCESSUAL CIVIL,  
CRIMINOLOGIA  
E CIÊNCIA POLÍTICA.

### Palavras-chave

Processo Penal – Realismo Jurídico –  
Imparcialidade – Reforma do Judiciário –  
Direito e Política.

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm  
CÓDIGO SANKHYA: 3583

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

S997r            Szesz, André  
                  Repensando a imparcialidade no processo penal / André Szesz. Belo Horizonte: Fórum, 2024.

273p. 14,5x21,5cm  
ISBN impresso 978-65-5518-866-0  
ISBN digital 978-65-5518-873-8

1. Processo penal. 2. Realismo Jurídico. 3. Imparcialidade. 4. Reforma do Judiciário. 5. Direito e política. I. Título.

CDD 345.05  
CDU 343.1

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SZESZ, André. Repensando a imparcialidade no processo penal. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 273p. ISBN 978-65-5518-866-0.

## **ANDRÉ SZESZ**

Especialista em Direito Penal e Criminologia pela UFPR, Mestre em Ciências Jurídico-Criminais pela Universidade de Coimbra e Doutor em Direito do Estado pela UFPR. Ex-assessor jurídico de Ministro no Superior Tribunal de Justiça. Advogado. Professor de Direito e Processo Penal.

## SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Bárbara Lupetti.....	11
APRESENTAÇÃO	
Rui Carlo Dissenha .....	19
INTRODUÇÃO .....	25
CAPÍTULO 1	
A EXIGÊNCIA DE IMPARCIALIDADE.....	33
1.1 A construção do ideal racionalista de neutralidade e a impossibilidade teórica desse conceito.....	33
1.2 A distinção conceitual entre neutralidade e imparcialidade e as teses de parcialidade positiva.....	49
1.3 Os contornos contemporâneos da exigência de imparcialidade.....	56
1.4 Síntese .....	67
CAPÍTULO 2	
PARADOXOS DA EXIGÊNCIA DE IMPARCIALIDADE .....	69
2.1 Dualidades do Processo Penal .....	69
2.2 O paradoxo da exigência de parcialidade .....	78
2.3 O contraste com a realidade: a parcialidade empiricamente atestada.....	83
2.4 A necessária parcialidade da atividade jurisdicional .....	100
2.5 Imparcialidade como mito e as funções não declaradas do conceito .....	102
2.6 Síntese .....	107
CAPÍTULO 3	
O INEFICAZ CONTROLE DA IMPARCIALIDADE NO BRASIL ..	109
3.1 O dever de motivação das decisões como forma de controle da imparcialidade.....	109
3.1.1 As funções atribuídas ao direito/dever de motivação das decisões judiciais.....	109
3.1.2 A estrutura da motivação das decisões judiciais .....	115
3.2 A ineficácia da motivação como forma de controle da imparcialidade .....	117
3.2.1 O caráter emotivo e intuitivo das decisões sobre temas controversos.....	117
3.2.2 A inevitável assimilação enviesada de provas e argumentos .....	121
3.2.3 Assimilação enviesada na atividade judicial.....	134
3.2.4 O fenômeno dos fundamentos apócrifos .....	137
3.2.5 Motivação como racionalização .....	139
3.3 Exceções de suspeição e impedimento como forma de controle da imparcialidade .....	146
3.3.1 A exceções no CPP .....	146
3.3.2 A ineficiência das exceções como mecanismo de controle da imparcialidade.....	149
3.4 O controle da imparcialidade na jurisprudência .....	155
3.4.1 A jurisprudência do Tribunal Europeu de Direitos Humanos .....	155
3.4.2 A jurisprudência dos tribunais superiores brasileiros .....	157
3.5 Outras dificuldades relativas ao controle da imparcialidade.....	163
3.5.1 A questão da discricionariedade judicial .....	164
3.5.2 A valoração da prova, os <i>standards</i> probatórios e a dificuldade do controle da imparcialidade.....	172

3.5.3	Os juízos intuitivos de prognose .....	178
3.5.4	O problema do Tema com Repercussão Geral nº 339 e o controle sobre as decisões carentes de fundamentação .....	181
3.6	Síntese .....	183

#### CAPÍTULO 4

#### A IMPARCIALIDADE COMO UM PROBLEMA QUE TRANSCENDE

O JURÍDICO .....	185
4.1 Sobre a natureza política das decisões penais .....	185
4.1.1 Poder punitivo e política pública estatal de redução da criminalidade .....	186
4.1.2 A política criminal pressuposta nas decisões penais .....	190
4.2 A influência da política dentro do Poder Judiciário e suas implicações para com a esperada imparcialidade judicial .....	197
4.2.1 O sistema de recrutamento de juízes .....	198
4.2.2 As mídias e o Poder Judiciário .....	200
4.2.3 Os juízes e as redes sociais .....	204
4.2.4 O <i>lawfare</i> e o populismo judicial .....	212
4.3. A viabilidade de um modelo de processo penal que respeita estudos empíricos sobre o processo decisório humano .....	220
4.3.1 As hipóteses de impedimento e suspeição: parcialidades negativas .....	221
4.3.2 Institutos ou práticas processuais que contribuem para o enviesamento do magistrado .....	225
4.4 Análise de teses apresentadas por outros autores brasileiros .....	240
4.5 Sobre a imparcialidade do Poder Judiciário e a democracia .....	247
4.5.1 A imparcialidade como um problema essencialmente político .....	248
4.5.2 Parcialidade, arbitrariedade e desigualdade .....	251
4.6 Síntese .....	255

CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	257
----------------------------	-----

REFERÊNCIAS .....	263
-------------------	-----